

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 6/2020, em que é recorrente **Pedro Rogério Delgado** e entidade recorrida o **Tribunal da Relação de Sotavento**.

# TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

## ACÓRDÃO N.º 5/2023

### I – Relatório

1. **Pedro Rogério Delgado**, com os demais sinais de identificação nos Autos, tendo sido notificado do Acórdão n.º 49/2020, de 5 de novembro, que não admitiu o seu recurso de amparo n.º 6/2020, por falta de esgotado de todos os meios legais de defesa dos direitos, liberdades e garantias e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei do processo, mas não se conformando com a decisão, veio, através deste incidente pós-decisório, arguir a sua nulidade da seguinte forma:

*“Nesses termos e nos mais de direito, solicitam à V. Excias que declarem a nulidade do Acórdão n.º 49/2020 que inadmite o recurso (por alegada “falta do esgotamento das vias ordinárias de recurso exigido como pressuposto insuprível, nos termos das disposições conjugadas da alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, do artigo 6.º (esgotamento dos meios legais da defesa dos direitos fundamentais) e da alínea d) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei do Amparo”), por violação de normas de processo (erro de interpretação e aplicação de normas adjetivas), ao não aplicar normas relativamente ao regime jurídico dos atos de Notificações, do artigo 232.º, n.º 1, como no anterior 232.º, n.º 1 do CPC vigente, ao invés de lançar-se mão, incorretamente, de normas que não imponham no caso concreto recurso às vias ordinárias que não Agravo e Reclamação para a Presidente do TSR, tendo por objeto de impugnação nos presentes autos a omissão de ato de Notificação pela Secretaria ao Reclamante da Decisão do Tribunal da Relação de Sotavento que ponha termos aos autos de reclamação.”*

É, pois, chegado o momento de apreciar e decidir.

## II – Fundamentação

1. O Tribunal Constitucional sempre admitiu a possibilidade de se requerer o esclarecimento de trechos ou segmentos de suas decisões que possam eventualmente padecer de obscuridade ou ambiguidade ou arguir nulidade, desde que verificados os pressupostos legais densificados, designadamente, através dos seguintes arestos: Acórdão n.º 9/2018, de 3 de maio, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 35, de 6 de junho de 2018; Acórdão n.º 24/2018, de 20 de dezembro, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 88, Sup., de 28 de dezembro de 2018; Acórdão n.º 05/2019, de 7 de fevereiro; Acórdão n.º 10/2019, de 14 de fevereiro, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 28, de 14 de março de 2019; Acórdão n.º 47/2020, 29 de outubro, publicado no Boletim Oficial, n.º 3, de 12 de janeiro de 2021; Acórdão n.º 42/2021, 20 de setembro, publicado no Boletim Oficial I Série n.º 100, de 15 de outubro de 2021; Acórdão n.º 1/2022, de 26 de janeiro, e Acórdão n.º 3/2022, de 27 de janeiro, publicados no Boletim Oficial I Série n.º 21, de 22 de fevereiro de 2022.

O Acórdão n.º 9/2018, de 3 de maio, proferido no âmbito de um recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade, considerou que *“a possibilidade aberta pela lei processual civil a um interveniente processual de requerer a clarificação de uma decisão ou a supressão de uma omissão de pronúncia eventualmente existente não pode atrair qualquer tipo de aversão judiciária, nem muito menos ser vista como uma forma de o reclamante passar um atestado de incapacidade a um determinado órgão judicial. Longe disso, é um modo legítimo de garantir que ela produza os seus efeitos e seja, dentro dos limites do razoável, compreendida pelos seus principais interessados e pela comunidade no geral. Poderá, nesta medida, desde que utilizada de forma ponderada e com base em boas razões, permitir a clarificação da mecânica por detrás da decisão judicial e do raciocínio lógico que a ampara, devendo ser vista como contribuição positiva, e, sobretudo, garante que as questões sobre as quais o Tribunal se deve pronunciar serão efetivamente apreciadas e decididas. Num contexto em que os tribunais são chamados cada vez mais a decidir sobre as mais diversas questões, com as exigências constitucionais existentes, uma mistura que poderá naturalmente determinar que passagens de arestos não sejam tão claras quanto o desejável ou até que o Tribunal se olvide de tratar questão que se impunha abordar e julgar, não se pode ver com desfavor esse instrumento processual.”*

Mais tarde, através do Acórdão n.º 24/2018, de 20 de dezembro, esta Corte aplicou o mesmo entendimento a um recurso de amparo, tendo consignado que: as decisões do Tribunal Constitucional “*são passíveis de reclamação e podem ser objeto de pedido de declaração de nulidade*”

2. Sendo pacífica a aceitação da figura de arguição de nulidade de decisões do Tribunal Constitucional, o passo seguinte será a verificação de pressupostos para se saber se o Tribunal Constitucional pode ou não conhecer do pedido doutamente formulado pelo requerente.

2. 1. O Tribunal é competente e o requerente tem legitimidade para requerer declaração de nulidade do Acórdão n.º 49/2020, de 5 de novembro.

2.2. Relativamente à arguição de nulidade do Acórdão que ponha termo ao recurso de amparo, por inadmissibilidade, o prazo encontra-se claramente fixado em vinte e quatro horas: “*O despacho de inadmissibilidade do recurso transita em julgado nas vinte e quatro horas seguintes ao da sua notificação ao recorrente e à entidade recorrida e dele não há recurso,*” conforme o disposto no n.º 3 do artigo 16.º da Lei do Amparo.

3. Vejamos, então, se foi respeitado o prazo estipulado naquele inciso.

Tendo sido notificado do aresto cuja declaração de nulidade requereu, a 17 de dezembro de 2020, conforme o documento constante de fls. 95 a 100 dos presentes autos, o requerente deixou transcorrer 4 (quatro) dias para, a 21 de dezembro de 2020, pelas 12:23, remeter ao Tribunal Constitucional o requerimento de arguição de nulidade, como atesta o documento junto a fls. 100 dos autos.

Ora, como ficou consignado supra, qualquer incidente pós-decisório que incida sobre um acórdão que não admite um recurso de amparo deve ser apresentado no prazo máximo de vinte e quatro horas a contar da notificação ao recorrente, findo o qual a decisão transita em julgado e o incidente é considerado intempestivo, como no caso em apreço.

Tendo o presente requerimento de arguição de nulidade sido apresentado, na Secretaria do Tribunal Constitucional, 4 (quatro) dias após a notificação do Acórdão n.º 49/2020, de 5 de novembro, não se pode tomar conhecimento do mesmo, por ter sido apresentado extemporaneamente.

### **III - Decisão**

Nestes termos, os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, decidem não tomar conhecimento do pedido de arguição de nulidade do Acórdão n.º 49/2020, de 5 de novembro.

Registe, notifique e publique.

Praia, 18 de janeiro de 2023.

*João Pinto Semedo* (Relator)

*Aristides R. Lima*

*José Pina Delgado*

**ESTÁ CONFORME**

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 18 de janeiro de 2023.

O Secretário,

*João Borges*